

**SEXO, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL EM LIVROS DIDÁTICOS DE
HISTÓRIA E DE CIÊNCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL II*****SEX, GENDER, AND SEXUAL DIVERSITY IN HISTORY AND SCIENCE
TEXTBOOKS OF THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL******SEXO, GÊNERO Y DIVERSIDAD SEXUAL EN LOS LIBROS DE HISTORIA Y
CIENCIA DE EDUCACIÓN PRIMARIA II***Geovanna Pereira RODRIGUES¹
Fernanda Telles MÁRQUES²

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa bibliográfico-documental sobre a abordagem das categorias sexo, gênero e diversidade sexual em livros didáticos de Ciências e de História das séries finais do Ensino Fundamental II. A pesquisa bibliográfica se deu a partir de buscas nas bases de dados SciELO e BDTD, ao passo que a pesquisa documental teve como objetos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) das áreas de Ciências Naturais e História – quarto ciclo, e os livros didáticos. O material analisado compõe a coleção “Araribá Mais”, publicada em 2018 pela Editora Moderna, e foi trabalhado a partir da análise de conteúdo em modalidade categorial-temática. Como resultados, constatou-se que a categoria gênero está um pouco presente no livro de História, o que se dá em um recorte próximo ao entendimento produzido por ocasião da segunda onda do movimento feminista, e que no livro de Ciências tudo se reduz à categoria sexo. Observa-se de maneira semelhante que, mesmo reconhecendo que a sexualidade não se reduz à dimensão anatomofisiológica – tal como claramente recomendado pelos PCN de ambas as áreas em discussão –, os livros optam por uma abordagem comedida que, ao final, favorece o tratamento aligeirado das temáticas, caminhando para seu apagamento dos currículos escolares.

Palavras-chave: Livro didático. Gênero. Diversidade sexual. Educação básica.

ABSTRACT: *This is a bibliographic-documentary research on the approach of the categories sex, gender, and sexual diversity in Science and History textbooks of the final years of Elementary School. The bibliographic research was based on searches in the SciELO and BDTD databases, while the documentary research focused on the National Curriculum Parameters (PCN) in the areas of Natural Sciences and History – fourth schooling cycle – and on the textbooks. The analyzed material is part of the “Araribá Mais” collection, published in 2018 by Editora Moderna, and its content was analyzed in the theme/category-based modality. As a result, it was observed that the category gender is somewhat present in the History book – being approached similarly to the understanding generated by the second-wave feminist movement – and, in the Science book, the approach is reduced to the category sex. It is similarly observed that, even though the books recognize sexuality is not limited to the anatomical and physiological dimensions – as is clearly*

¹ Graduanda em Medicina pela UNIUBE, foi bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Universidade de Uberaba, Uberaba, MG, Brasil. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-7196-8559>. E-mail: geovannarodrigues@yahoo.com.br

² Cientista social com doutorado pela UNESP-Araraquara e Pós-doutorado em Estudos Culturais pelo PACC/UFRJ. Professora do curso de Medicina e do PPGE-UNIUBE. Universidade de Uberaba, Uberaba, MG, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5943-3255>. E-mail: fernanda.marques@uniube.br

recommended by the PCN of both areas under discussion – they opt for a moderate approach that ends up favoring a hasty treatment of such themes, moving towards their elimination from school curricula.

Keywords: *Textbook. Gender. Sexual diversity. Basic education.*

RESUMEN: *Se trata de una investigación bibliográfico-documental sobre el abordaje de las categorías sexo, género y diversidad sexual en los libros de texto de Ciencias e Historia de los grados finales de la Escuela Primaria II. La investigación bibliográfica se basó en búsquedas en las bases de datos SciELO y BDTD, mientras que la investigación documental tuvo como objeto los Parámetros Curriculares Nacionales (PCN) en las áreas de Ciencias Naturales e Historia - cuarto ciclo y libros de texto. El material analizado forma parte de la colección “Araribá Mais”, publicado en 2018 por Editora Moderna, y fue trabajado desde el análisis de contenido en una modalidad categórico-temática. Como resultado, se encontró que la categoría género está algo presente en el libro de Historia, que se acerca al entendimiento producido durante la segunda ola del movimiento feminista, y que en el libro de Ciencia todo se reduce a la categoría sexo. De igual manera se observa que, aun reconociendo que la sexualidad no se reduce a la dimensión anatómica y fisiológica - como claramente recomiendan los PNC de ambas áreas en discusión - los libros optan por un enfoque mesurado que, al final, favorece el tratamiento aligeramiento de los temas con miras a su eliminación de los planes de estudio escolares.*

Palabras clave: *Libro de texto. Género. Diversidad sexual. Educación básica.*

Introdução

Nas sociedades complexas, a educação escolar participa ativamente da produção social dos sujeitos e da delimitação de espaços a eles reservados. Como vêm demonstrando estudos realizados por autores como Louro (1997), Silva (2000), Skliar (2003), Candau (2006), Vianna e Unbehaum (2006), entre outros, os discursos escolares sobre o Eu(nós) e o Outro(eles), a forma como são apresentados corpos e modos de ser, contribuem para o estabelecimento da diferença e exercem influências na formação de imaginários acerca daqueles que recebem sua marca.

A partir dessa constatação, nos últimos 20 anos foram criados, no Brasil, dispositivos legais e políticas públicas pelos quais a escola poderia passar de lugar da mera reprodução de imaginários hegemônicos a *locus* de discussão da identidade/diferença visando a formação de valores democráticos. Foi quando puderam se incorporar, ao cotidiano escolar, temas fundamentais para a constituição de uma educação na diversidade para a cidadania, tais como gênero e diversidade sexual (MÁRQUES, 2019b; 2022).

Essa incorporação se deu, em grande parte, com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são uma coleção de documentos elaborados no avançar da década de 90

com a proposta de promover uma educação escolar em que se proporcione conhecimentos básicos das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Temas Transversais, sendo estes últimos: Ética, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, Meio Ambiente e Saúde. Na Introdução da coleção (volume 1) já se anuncia a intenção de flexibilidade, de modo que cada escola possa elaborar seu projeto pedagógico considerando demandas locais e de sua própria realidade sociocultural (BRASIL, 1998).

Consultando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), observa-se forte preocupação com a formação integral do aluno. No caso dos PCN para o ensino de Ciências, o documento parte do princípio de que, tão importante quanto o estudo da forma e do funcionamento dos aparelhos reprodutores do homem e da mulher, deve ser o entendimento da sexualidade humana como comportamento “modelado pela cultura e pela sociedade” (BRASIL, 1997a, p. 40).

A este respeito, da sexualidade e das relações de gênero, os PCN de História apresentam a preocupação em estabelecer um posicionamento contrário a “qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais” (BRASIL, 1997b, p.7), ressaltando a importância de educar para o respeito às particularidades dos grupos e de suas identidades, e às lutas dos movimentos organizados por gênero e identidade cultural (BRASIL, 1997b).

Analisando a coleção de documentos como um todo, constata-se que as questões de gênero e sexualidade foram abordadas pelo prisma da saúde pública, dando-se pouco destaque às dimensões política e afetiva dos temas em discussão. Isso se explica se considerado que, na ocasião em que os Parâmetros estavam sendo elaborados, a AIDS avançava pelo território nacional e alcançava uma população cada vez mais jovem. Situação que somada aos elevados índices de gravidez na adolescência e de morte por abortamento malsucedido, acarretava significativas repercussões tanto sociais quanto econômicas.

Diferente do que ocorre com outros animais, a sexualidade humana não se resume a sexo orgânico, compreendendo aspectos afetivos, políticos e socioculturais que se sobrepõem a disposições instintivas e à programação biológica. Visto deste modo, e considerando as sugestões dos documentos que por tanto tempo vêm parametrizando a educação básica, esperado seria que, também no material didático escolar, houvesse um esforço de interdisciplinaridade – por nós considerado como necessário para o adequado tratamento de uma temática que está longe de limitar-se a aspectos anatomofisiológicos (MATEUS; MÁRQUES, 2020).

Isso posto, o artigo apresenta resultados de um plano de trabalho que integra o projeto “Identidade e diferença no livro didático de História e de Ciências: um estudo comparativo de marcadores sociais de gênero e de etnicidade”, e objetiva identificar concepções de sexo, gênero e diversidade sexual incorporadas a livros de História e Ciências das séries finais do Ensino Fundamental II, para analisar comparativamente as abordagens adotadas em referido material.

A pesquisa foi ancorada no campo dos Estudos Culturais e se deu em diálogo com os Estudos de Gênero. Esse referencial teórico permitiu uma compreensão do livro didático enquanto produção cultural elaborada intencionalmente para um público imaginado, na qual se expressam relações de poder, como ensinam Macedo (2004) e Ellsworth (1997).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfico-documental, que foi desenvolvida em abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica se deu a partir de leituras orientadas e do mapeamento do estado do conhecimento nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). O *corpus* da pesquisa documental envolveu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História e de Ciências Naturais para o quarto ciclo (séries finais do Ensino Fundamental II) e aspectos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como a análise categorial-temática de dois livros publicados em 2018 pela editora Moderna, um de cada disciplina.

A análise categorial-temática é uma modalidade de Análise de Conteúdo (AC). Na presente pesquisa, utilizamos combinadamente as diretrizes de Campos (2004) e de Moraes (1999), que têm em Bardin (1995) sua referência original. Assim, os trabalhos envolveram, antes, a leitura flutuante das duas obras e a elaboração das categorias de análise. Depois, foi realizada a categorização e a discussão dos resultados.

A opção por uma abordagem comparativa se deu por considerarmos oportuna a identificação de semelhanças e diferenças na forma como os dois campos do conhecimento tratam a mesma temática. Nesse sentido, Schneider e Schmitt (1998, p.1) defendem, ainda, que “a comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais”. Explicam os autores que é do raciocínio comparativo que advém a percepção de deslocamentos e transformações, a identificação de continuidades e discontinuidades, assim como a construção de modelos e tipologias e a reflexão sobre semelhanças e diferenças (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998; MÁRQUES, 2019a).

O artigo se encontra organizado em três seções. Na primeira mapeamos o estado do conhecimento produzido recentemente no Brasil acerca da temática. Na segunda seção

apresentamos a coleção “Araribá Mais” e os dois livros didáticos, bem como as categorias de análise adotadas, para, na terceira seção, desenvolvermos a análise do material à luz do referencial teórico.

Sexo, gênero e diversidade sexual no livro didático: breve estado do conhecimento

Conforme apresentado na Introdução, o mapeamento do estado do conhecimento foi feito em duas bases de dados, uma voltada a artigos (SciELO) e a outra a teses e dissertações (BDTD).

Para fazer as buscas recorreremos aos descritores primários “sexo”, “gênero” e “diversidade sexual”, colocando-os em cruzamento com os descritores secundários “livro didático”, “livro didático de história” e “livro didático de ciências”. Como critérios, selecionamos publicações nacionais em língua portuguesa, do período 2015-2020.

O resultado das buscas na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), impressionou pela escassez de artigos tratando especificamente da temática em discussão.

Tabela 1: *Scientific Electronic Library Online*

	Livro didático	Livro didático de História	Livro didático de Ciências
Sexo	2	0	0
Gênero	12	0	0
Diversidade sexual	0	0	0
Totais	14	0	0

Fonte: dados da pesquisa.

Como se pode ver na tabela 1, não foi encontrado qualquer artigo que atendesse ao descritor “diversidade sexual” em cruzamento com “livro didático”. De forma não muito distinta, foram encontrados apenas dois textos com os descritores “sexo” AND “livro didático”, contudo, nenhum deles referente às áreas de História e/ou de Ciências.

O cruzamento de descritores “gênero” AND livro didático”, em contrapartida, resultou em um número razoável de achados. Ao todo, foram encontrados 12 artigos, sendo cinco publicações de periódicos das áreas de Linguística e Letras, uma de Ciências Biológicas e seis de Ciências Humanas.

Ainda que nenhum destes trabalhos atendesse às especificidades do segundo e do terceiro descritores secundários (“livro didático de Ciências; “livro didático de História”), o

material encontrado foi triado a partir da leitura dos títulos e dos resumos. Ao final, identificamos que três deles tratavam de assunto similar ao aqui proposto.

O artigo “*Representações de gênero social em livros didáticos de língua portuguesa*”, de autoria de Marcuschi e Ledo (2015), reforça a importância dos livros didáticos de língua portuguesa como ferramenta para ensino dos alunos, mas alerta que tal recurso é um instrumento que ainda reflete uma ideologia intrinsecamente tradicional, com abordagens arcaicas e com falta de representatividade, tanto nas questões de sexualidade e de gênero, quanto em relação ao enfrentamento de preconceitos. Segundo as autoras, a maioria dos textos abordados no livro por elas analisado se refere a épocas passadas e dependem de uma contextualização específica para seu entendimento. Por fim, as autoras chegam à conclusão de que os livros didáticos de língua portuguesa deveriam contemplar textos com abordagem mais igualitária entre os gêneros e demandas sociais mais atuais.

Já o artigo de Oliveira (2017), intitulado “*Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo*”, demonstra a importância da descolonização dos livros didáticos, a partir dos estudos dos livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático³ (PNLD) de educação no campo. Em sua pesquisa, a autora constatou que o discurso de desqualificação do “campesino” está muito presente no livro didático, em que esse sujeito social é representado como inferior e socialmente atrasado; e que, mesmo que raça/etnia e gênero não sejam abertamente fontes de discriminação, preconceitos velados podem ser identificados no material analisado.

Tais preconceitos estariam presentes em eufemismos e ajustes superficiais aos quais a autora identifica como parte do aparato do “politicamente correto”. Em seu entendimento, trata-se de uma estratégia condenável na medida em que resulta em uma “resposta esvaziada às demandas de justiça epistêmica dos movimentos feministas, LGBT e antirracistas” (OLIVEIRA, 2017, p. 16). Assim, a crítica da autora reside em situações como a inserção de um maior número de fotografias de pessoas negras ou de homens partilhando dos afazeres domésticos, sem o compromisso de apresentar textos que discutam explicitamente os motivos pelos quais a mudança sugerida nas imagens se faz necessária em uma sociedade que busca se firmar como democrática.

Diz ela:

³ O PNLD foi implantado em 1985 com o objetivo de centralizar na esfera de competência da União a produção e distribuição contínua do material. No governo de Fernando Henrique Cardoso esse Programa se legitimou com a garantia de destinação de recursos. Seu apogeu, contudo, se deu no governo Lula, com a universalização do acesso ao livro didático a toda a Educação Básica (ensino Fundamental e Médio), bem como ao EJA – Educação de Jovens e Adultos.

[...] o discurso politicamente correto dos livros – que apenas insere no campo visual pessoas brancas e não brancas, mas não problematiza os modos de produção do racismo – continua a perpetuar a ordem racista vigente. Do mesmo modo, as representações eventuais de homens lavando louças ou cozinhando não é suficiente para transformar uma sensibilidade sexista hegemônica na sociedade. Enfrentar racismo, sexismo e heterossexismo requer esforços na transformação da sensibilidade em discursos explícitos, tanto por meio da imagética como de textos. O enfrentamento do racismo, por exemplo, dos privilégios da branquitude, requer uma política propositiva, e não apenas a “correção colorida” [...] (OLIVEIRA, 2017, p. 16).

Além da abordagem de assuntos históricos, como a conquista de territórios, retratada em uma visão eurocêntrica e acrítica – quando a historiografia já nos permite saber que a realidade foi marcada por invasão, opressão, morte, pirataria –, aumentam os indícios de que os livros didáticos sigam perpetuando racismo e sexismo, mesmo que de maneira menos explícita, pois do contrário não seriam aprovados pelos editais do PNLD.

É o que também se vê no artigo “*Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no ensino de Ciências*”, de autoria de Bandeira e Velozo (2019).

Os autores destacam que os livros didáticos são instrumentos auxiliares essenciais tanto no ensino de conteúdos escolares quanto na formação cultural, pois os alunos conseguem aprender cultura e diversidade, além do conteúdo abordado. No entanto, isso se torna um problema se os livros passam a reproduzir ideologias sexistas ou mesmo se limitam-se ao que é heteronormativo, ignorando a diversidade humana. Quando isso ocorre, ponderamos nós, o material deixa de contribuir para o desenvolvimento de uma educação pautada pela formação cidadã, da qual faz parte o reconhecimento do outro e o irrestrito respeito ao princípio constitucional da dignidade humana.

Analisando a dimensão da corporalidade em livros de Ciências, os citados pesquisadores constataram que, em referido material, o corpo “ainda é visto como objeto para comprovar as diferenças de comportamentos sociais entre gêneros”, a ponto de terem encontrado textos nos quais eram descritas “diferenças comportamentais e cognitivas masculinas e femininas” (BANDEIRA; VELOZO, 2019, p. 1024).

Quando questionam as invisibilidades e as representações preconceituosas de gênero e sexualidade nos livros analisados, os autores o fazem destacando que não se trata de um movimento de negação da qualidade do livro e muito menos de sua importância. Trata-se, ao contrário, do reconhecimento de que um livro didático é antes de tudo um artefato cultural

que pode ser tanto aperfeiçoado quanto utilizado de forma analítica para a problematização da sociedade em que foi produzido (BANDEIRA; VELOZO, 2019).

Em meio à sua análise, os autores chamam a atenção para mudanças recentes no PNLD e nas comissões avaliadoras. Destacam eles que desde 2019 tais comissões passaram a contar em menor peso com a participação de professores/pesquisadores provenientes das universidades públicas, o que tanto “poderia ocasionar a ausência de transparência desse processo, velando uma discussão clara e pública” (idem, p. 1022), quanto ser indicativo de que, para o governo, os livros didáticos se tornaram um comércio, uma mercadoria com interesse político e ideológico (BANDEIRA; VELOZO, 2019).

O segundo mapeamento do estado do conhecimento foi feito na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo sido utilizados os mesmos descritores e critérios de seleção do material.

Nossa primeira constatação foi que o termo gênero tem boa representatividade em títulos e resumos de teses e dissertações sobre “livros didáticos”, defendidas a partir de 2015. Ao todo, foram encontrados 322 trabalhos com os dois descritores em cruzamento. O descritor menos representado é “diversidade sexual”, que apareceu apenas quatro vezes em associação ao livro didático, mas nenhuma delas tratando do material de Ciências e apenas uma relacionada ao de História.

Tabela 2: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

	Livro didático	Livro didático de História	Livro didático de Ciências
Sexo	14	3	2
Gênero	322	20	9
Diversidade sexual	4	1	0
Totais	340	24	12

Fonte: dados da pesquisa.

Tal como na busca anterior, a triagem foi realizada a partir da leitura dos títulos e resumos das teses e dissertações, tendo sido selecionados os textos sobre os quais passamos a discorrer.

A pesquisa de Dias (2014), intitulada “*Ensino de ciências naturais, livros didáticos e imagens: investigando representações de gênero*”, resultou em uma dissertação de mestrado em que se reflete sobre como as representações de gênero são retratadas em livros didáticos de Ciências do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.

A autora destaca que nos livros didáticos de Ciências podem ser encontradas representações de gênero a partir das quais se produzem práticas sociais. Isso ocorre porque as representações

[...] se articulam na produção das identidades do sujeito feminino e do sujeito masculino. Tais práticas, que constituem o fazer de mulheres e homens, referem-se aquelas fabricadas discursivamente como mais adequadas, próprias, inerentes a elas, produzindo e determinando tipos de mulheres e homens (DIAS, 2014, p. 75).

Ao analisar os livros, a pesquisadora identificou o reforço de antigos discursos, que se acreditava ultrapassados, pelos quais são estabelecidos limites dos comportamentos considerados como aceitáveis para homens e para mulheres. O material estaria, nesse sentido, contribuindo para a reprodução de uma visão em grande medida preconceituosa, na qual não se leva em conta nem achados científicos nem transformações da realidade social.

A dissertação “*Gênero em livros didáticos de história aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2014)*”, de autoria de Celestino (2016), teve o objetivo de analisar como o termo gênero é tratado nos livros didáticos de História do ensino fundamental aprovados pelo PNLD para o triênio de 2014-2016, destacando como as mulheres aparecem nesse material. A autora constatou que a categoria gênero é citada de forma direta, mas também é tratada indiretamente.

Em seu trabalho foram analisados 21 livros de História, provenientes de 10 coleções de diferentes editoras. Ainda que cada coleção tenha sua abordagem e metodologia, encontra-se, em comum, certo esvaziamento da categoria gênero, uma vez que “há momentos em que o termo é utilizado apenas para substituir as palavras homens e mulheres, ignorando o caráter relacional do termo e adotando o gênero como uma substituição mecânica do sexo” (CELESTINO, 2016, p. 99).

Outra pesquisa acadêmica resultante do mapeamento é a dissertação “*A representação de mulheres nos livros didáticos de História (Programa Nacional do Livro Didático: 2017-2019)*”, de Lopes (2018). A autora pautou seu estudo na análise de como as mulheres estão sendo retratadas em livros didáticos de História para o 9º ano. Para tanto, trabalhou com livros de três coleções: “Projeto Araribá História”, “Estudar História: das origens do Homem à era digital” e “Vontade de Saber História”.

Os resultados da pesquisa realizada por Lopes (2018) indicam que esses livros ainda reproduzem desigualdades de gênero historicamente construídas, e que sua análise é oportuna para dar visibilidade à necessidade de se levar uma abordagem de gênero à educação escolar.

A pesquisadora também destaca o franco predomínio de imagens de mulheres brancas e pertencentes a segmentos sociais mais elevados, o que a faz observar que a invisibilização de outras etnias e de mulheres da classe trabalhadora reforça uma narrativa que contribui para a negação da representatividade de outros povos, como africanos ou indígenas, e de segmentos sociais menos abastados, inclusive, dando a entender que sua contribuição histórica para o desenvolvimento do país foi ínfima. Em conclusão, Lopes (2018, p. 167) destaca “a necessidade de articular gênero, raça e classe para representação das mulheres como sujeitos históricos”.

Ao fazer esse breve mapeamento do estado do conhecimento chegamos a duas considerações importantes para a presente pesquisa. Primeiro, o processo de busca e estudo do material revelou a pouca produção, sobretudo de artigos científicos, tratando especificamente da abordagem de gênero e diversidade sexual em livros didáticos de História e de Ciências. Além disso, chamou nossa atenção o fato de que a maioria das produções sobre o assunto apontam para a pouca articulação entre livros didáticos publicados nos últimos seis anos e aquilo que preconizariam os Parâmetros Curriculares Nacionais acerca das questões do gênero e da sexualidade.

A este respeito, cumpre observar que, em pesquisa desenvolvida por Maldini (2020) foi demonstrado que os PCN de Ciências e História não estão afinados conceitualmente, ainda que tendo sido produzidos em um mesmo contexto. Ambos abordam gênero e sexualidade, contudo, o fazem de maneira hoje considerada superficial e nem sempre coerente.

A pesquisadora pondera que, enquanto o documento elaborado para o trabalho com a disciplina de História enfatiza as relações de poder envolvendo homens e mulheres, voltando-se à denúncia das assimetrias e desigualdades de gênero, o documento elaborado para o ensino de Ciências não envereda pelas relações de gênero e dá ênfase a uma dimensão específica da expressão sexual humana: a heterossexualidade.

As obras em análise

Tendo apresentado um mapeamento do estado conhecimento conforme dados de duas importantes bases (SciELO e BDTD), passamos, agora, aos livros didáticos analisados.

Os dois livros fazem parte da coleção “Araribá Mais”, publicada pela Editora Moderna. A obra encontra-se na sua primeira edição, datada de 2018, o que lança a expectativa de que esteja articulada não apenas aos PCN, dos anos 90, e às Diretrizes

Curriculares Nacionais para o ensino de História e de Ciências, mas também à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC, cuja elaboração teve início em 2015, foi instituída em 2017, quando o Ministério da Educação homologou o Parecer CNE/CP 15/2017, do Conselho Pleno do CNE. Convém destacar que se trata de um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo das aprendizagens essenciais que todos os alunos deverão desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017). Ou seja, diferente dos PCN, que apenas sugerem diretrizes ou caminhos, a adesão aos termos da Base tornou-se obrigatória a todas as escolas do país.

No edital para composição do acervo recomentado pelo PNLD edição 2017-2020, consta a observação de que, com vistas à garantia de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social, seriam excluídas obras que:

1. veicularem estereótipos e preconceitos de condição social, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade ou de linguagem, religiosa, condição de deficiência, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos humanos;
2. fizerem doutrinação religiosa ou política, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público;
3. utilizarem o material escolar como veículo de publicidade ou de difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais.

A coleção “Araribá Mais: História”, aprovada em edital e muito adotada em todo o território nacional, é uma obra coletiva composta por quatro volumes, para alunos do 6º ao 9º ano, sendo que cada um deles é organizado em oito unidades temáticas, compostas por dois a quatro capítulos.

Ao primeiro contato com o livro do 9º ano, por nós analisado, já se constata o diálogo com o que é proposto na BNCC em relação ao componente de História para a série final do ensino fundamental II, como se pode ver no quadro comparativo que segue:

Quadro 1 - História 9º ano: unidades temáticas

Livro didático - 9º ano Unidades Temáticas	BNCC Unidades Temáticas
A República chega ao Brasil A Grande Guerra e a Revolução Russa. O período entreguerras e a 2ª Guerra A Era Vargas. O mundo bipolar. As independências na África e da Ásia.	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX Totalitarismos e conflitos mundiais Modernização, ditadura civil-militar e

Democracia e ditadura na América do Sul O mundo globalizado. Totalitarismos e conflitos mundiais Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946 A história recente	redemocratização: o Brasil após 1946
--	--------------------------------------

Fonte: elaborado a partir de Fernandes (2018) e Brasil (2017).

Na ficha de avaliação da coleção “Araribá Mais: História” registra-se que os livros contêm “seções que favorecem a formação cidadã, a compreensão do outro e o respeito à diversidade”, que apresentam “temáticas indígena, quilombola e de outras comunidades tradicionais” e promovem “reflexão sobre questões que demandam posicionamento crítico”.

A coleção “Araribá Mais: Ciências”, também aprovada em edital e bastante adotada por escolas públicas do país, é uma obra coletiva com quatro volumes (6º, 7º, 8º e 9º ano). Entre suas propostas pedagógicas consta a intenção de: contribuir para o “aprofundamento no trabalho com o desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais”, fomentar o estudo de “conteúdos sobre temas atuais para contextualização com a realidade”, estimular “atividades experimentais que desenvolvem o aspecto criativo”, e desenvolver atitudes para a vida “com questões que visam a reflexão e o raciocínio crítico” (CARNEVALLE, 2018).

O primeiro contato com o livro de Ciências do 9º ano também permite identificar prontamente a articulação do material com a BNCC, como se pode ver a seguir:

Quadro 2: Ciências 9º ano: unidades temáticas

Livro didático - 9º ano Unidades Temáticas	BNCC Unidades Temáticas
Propriedades da matéria. A matéria Transformações químicas Grupos de substâncias Evolução biológica Genética Ondas: som e luz Terra e Universo Oficinas de Ciências Fique por dentro	Aspectos quantitativos das transformações químicas. Estrutura da matéria Radiações e suas aplicações na saúde Hereditariedade Ideias evolucionistas. Preservação da biodiversidade Composição, estrutura e localização do Sistema Solar no Universo. Astronomia e cultura Vida humana fora da Terra Ordem de grandeza astronômica. Evolução estelar

Fonte: elaborado a partir de Carnevalli (2018) e Brasil (2017).

Trata-se, assim, de obras atuais, que foram devidamente submetidas a edital específico do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2017), o que pressupõe avaliação e aprovação por uma comissão de especialistas. Ambas apresentam conteúdos condizentes com o que estabelece a BNCC, assim como ambas também informam, em texto introdutório, que visam o desenvolvimento de competências estabelecidas pela Base.

O que dizem (e o que calam) os livros analisados

Nessa seção apresentamos resultados da análise dos livros didáticos. Para o desenvolvimento da análise em modalidade categorial-temática aplicamos técnica descrita por Campos (2004), que se inspira em Bardin para estabelecer as seguintes fases: a) leituras flutuantes para exploração do material; b) elaboração das categorias de análise com base no referencial teórico; b) seleção das unidades de análise; c) interpretação e discussão.

Tendo realizado as leituras flutuantes, recorremos ao referencial teórico da pesquisa para, a partir dele, elaborarmos as categorias de análise, que seguem:

Quadro 3 – categorias de análise

Categoria		Descrição
1	Sexo	Sistema classificatório utilizado desde o nascimento, segundo o qual um indivíduo seria Homem, Mulher ou Intersexual. Elaboração sustentada pelo argumento de que características estruturais e funcionais estariam sendo observadas em seu conjunto, considerando-se cromossomos, genitália, composição hormonal.
2	Gênero	Termo polissêmico que nas últimas seis décadas tem sido utilizado em referência: (1) à diferenciação e às desigualdades sociais entre homens e mulheres; (2) aos papéis sociais, funções e comportamentos que, em uma determinada cultura, são esperados de alguém com base em seu sexo biológico; (3) à identidade autodeterminada de alguém, independente do sexo que lhe foi atribuído no nascimento.
3	Diversidade sexual	Termo usado para referir-se de maneira inclusiva a toda a diversidade de sexos, orientações sexuais e identidades de gênero, sem necessidade de se especificar cada uma das identidades que compreendem esta pluralidade.

Fonte: dados da pesquisa.

As categorias sexo e gênero foram elaboradas principalmente a partir de Rubin (1975), Scott (1989) e Butler (2002), que são autoras fundamentais para a sedimentação do conceito.

Desenvolvida ao longo de mais de meio século, a categoria gênero envolve vários entendimentos, entre eles a ideia de que os modos de ser de homens e mulheres são produtos mais da realidade social do que das anatomias de seus corpos. “Os primeiros esboços do conceito na arena dos movimentos sociais se deram em resposta à desigualdade que, fundamentada numa leitura estreita do dado biológico, legitimava tratamentos e direitos assimétricos” (MÁRQUES, 2019a, p.63).

Já a categoria diversidade sexual, aproximada por Butler às discussões sobre gênero, foi trabalhada também levando-se em conta aspectos históricos que podem ser revisitados na leitura de Money *et al.* (1955) e de Stoller (1969).

Sexo, Gênero e Diversidade sexual no livro didático de História

Na capa do livro de História analisado é sugerido um olhar para o continente africano e para a mulher em diferentes contextos. A obra se inicia recorrendo à imagem fotográfica de um grupo de mulheres negras sorridentes, trajando *hijabs* coloridos, o que remete à África mulçumana e sugere o reconhecimento da diversidade.

Ao fazer as leituras para exploração do material constatamos que, tal como anuncia em seu texto introdutório, o livro utiliza diferentes linguagens. Nele se observam além dos textos didáticos, documentos, depoimentos, mapas, ilustrações e fotografias de época.

Entre tais recursos imagéticos, verificamos um número significativo de imagens de mulheres, a maior parte delas em atuações triviais ou que não são sugestivas de destaque e protagonismo. As exceções são uma foto de Bertha Lutz representando o Brasil na Conferência de San Francisco, em 1945, uma de Eleanor Roosevelt segurando a Carta dos Direitos Humanos, em cuja legenda consta que a “esposa do ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, foi uma defensora dos direitos humanos”, e uma da Sessão da Assembleia Nacional Constituinte, no Rio de Janeiro, em 1934, na qual se pode ver, em um canto, Carlota Pereira de Queirós, a primeira mulher que se elegeu deputada no país.

Ao explorar o material, constatamos, também, que nenhuma das 218 imagens (entre ilustrações e fotografias) é sugestiva de diversidade sexual.

Quanto aos textos, chamaram nossa atenção tanto os relevantes registros sobre lutas para a conquista de direitos da mulher, quanto a pouca articulação entre os marcadores sociais de gênero, classe social e raça/etnia. Essa articulação só é feita na p.138, em um texto que trata ao mesmo tempo das “lutas das mulheres e dos negros”, no qual se informa, ao final, que “uma das expoentes do Partido dos Panteras Negras é a militante e intelectual

feminista Ângela Davis, que ainda hoje se destaca como ativista e trabalha como professora em universidades” (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 138).

Ao analisar o material a partir da categoria gênero, pudemos verificar que a palavra está mais presente na obra em alusão a “gêneros textuais”, “gênero musical” e mesmo “gêneros alimentícios”, indicando um processo de apagamento em comparação a edições mais antigas de outros livros para a mesma série escolar.

O livro – cuja edição, cumpre destacar, é de 2018 –, só utiliza o termo gênero em entendimento próximo ao da pesquisa em uma rápida passagem na qual explica o que são ações afirmativas:

As ações afirmativas são políticas públicas ou privadas que visam combater diferentes formas de discriminação, como de raça, *gênero*, idade, condição social, origem étnica ou por deficiência. Com essas ações, o objetivo é garantir a igualdade entre as pessoas no acesso à educação, ao emprego, à saúde e aos bens culturais (FERNANDES *et al.*, 2018, p. 246; sem grifos no original).

Como visto, a categoria gênero decorre de uma longa trajetória de debates e discussões, e pode ser compreendida por diferentes perspectivas. Em obra clássica, Joan Scott (1989) afirma que, fora do âmbito da área da saúde, o termo teria aparecido primeiro entre as feministas dos Estados Unidos, nos anos 60. Naquela ocasião, caracterizada como segunda onda do movimento feminista, as ativistas passaram a usar o termo gênero como forma de destacar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Assim, explica a historiadora,

[...] a palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1989, p. 2).

Por outro caminho, Márques (2019b) identifica que, entre os anos 50 e 60, dois pesquisadores da área da saúde, John Money e Robert Stoller, já faziam uso do termo. Interessados no estudo de aspectos da psicodinâmica sexual em casos de intersexualidade e, mais tarde, de transexualidade, ambos utilizaram a categoria gênero para fazer referência a “algo” que exerceria influência na expressão da sexualidade humana e que nem sempre estaria correlacionado ao sexo biológico (MÁRQUES, 2019b; 2022).

Curioso observar, assim, que mesmo constatando a presença da categoria gênero em diferentes campos do conhecimento, cada um deles apontando para um entendimento, no livro de História em análise seu uso não foi historicamente contextualizado. Em resultado, gênero aparece, quando muito, como um mero sinônimo de sexo.

Prosseguindo com a análise do material, notamos que em outras quatro passagens em que seria cabível trabalhar pela perspectiva de gênero – posto que nelas se discute diferenças que, em nossa sociedade, são transformadas em desigualdades – os autores optaram pela palavra sexo. Assim, o livro fala em sexo ao comentar desigualdade salarial e ao apresentar a assimetria de direitos de homens e mulheres em determinado contexto.

Além dessas passagens, por nós consideradas problemáticas, há uma passagem do texto em que o uso da categoria sexo como determinação biológica se faz necessário, posto que permite ao aluno compreender tanto as situações em estudo quanto a mentalidade da época. Diz a obra:

A mulher brasileira, portanto, pertencente às camadas sociais mais favorecidas, deveria atuar no mundo moderno capitalista acumulando uma dupla função: a de dona de casa e educadora dos filhos e a de cidadã consciente de seus deveres e responsável pelo destino da pátria. Conciliar razão e sentimento, colocar à disposição da coletividade a intuição, *dom natural atribuído ao sexo* e do qual as mulheres não davam mostras de quererem desvencilhar-se (ARAUJO, 2003, p. 141 *apud* FERNANDES *et al.*, 2018, p. 105; sem grifos no original).

A categoria diversidade sexual foi ainda mais esquecida pelo material. Mesmo tratando, em uma seção, de movimentos sociais do século XX, como o movimento negro e o movimento feminista, o livro nada diz sobre os movimentos LGBTQIA+⁴, que encontram suas origens nas lutas pela então chamada visibilidade GLS⁵.

A situação destoava do que sugerem os PCN de História. No documento, se recomenda que, nas séries finais do ensino fundamental, a diversidade e pluralidade de valores e práticas sociais de grupos étnicos, de sexo e de idade sejam trabalhados em perspectiva histórica, e que os conteúdos se apresentem articulados com os temas transversais, privilegiando, entre outros

[...] as imagens, representações e valores em relação ao corpo, à sexualidade, aos cuidados e embelezamento do indivíduo, aos tabus coletivos, à organização familiar, à educação sexual e à distribuição de

⁴ Acrônimo de “Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexuais, Agêneros e Mais” (outros grupos e variações de sexualidade e gênero, como pansexuais, por exemplo).

⁵ Usual nos anos 90, trata-se do acrônimo de “Gays, Lésbicas e Simpatizantes”. Acredita-se que a sigla tenha se originado a partir das variantes em língua inglesa GLA (Gay & Lesbian Alliance) e GLOW (Gay, Lesbian or Whatever).

papéis entre homens, mulheres, crianças e velhos nas diferentes sociedades historicamente constituídas (BRASIL, 1997b, p. 49).

A lacuna, que torna o livro descompassado com os PCN para o ensino de História, elaborados nos anos 90, não se traduz em divergência em relação à BNCC, aprovada em 2017. Isso porque os descritores gênero e diversidade sexual foram deliberadamente retirados da Base, quando, decorrida a destituição de Dilma Rousseff, o Movimento Escola sem Partido – MESP⁶ passou a ocupar a arena de disputa em torno da política curricular brasileira e a estabelecer uma universalização de suas pautas, parte delas de fundamentação religiosa (MACEDO, 2017; EVANGELISTA, GONÇALVES, 2020).

Sexo, Gênero e Diversidade sexual no livro didático de Ciências

O livro de Ciências apresenta em sua capa a fotografia de um homem jovem sendo submetido a um exame de imagem por ressonância magnética. Tal capa se justifica facilmente quando verificamos que na BNCC consta, entre as habilidades esperadas para o 9º ano do Ensino Fundamental: “discutir o papel do avanço tecnológico na aplicação das radiações na medicina diagnóstica (raio X, ultrassom, ressonância nuclear magnética) e no tratamento de doenças (radioterapia, cirurgia ótica a laser, infravermelho, ultravioleta etc.)” (BRASIL, 2017).

O livro tem mais de 240 imagens, nas quais são representados seres humanos, animais, minerais, plantas e uma diversidade de objetos. As pessoas representadas são em sua maioria homens brancos adultos, contudo há ainda fotografias e gravuras de pessoas negras e asiáticas, de idosos e crianças, e de mulheres e meninas. Destaca-se que estas últimas aparecem em situações triviais, mas também desempenhando atividade científica.

Ao analisar o livro de Ciências constatamos, como era esperado, que o termo gênero é largamente utilizado em referência a classificações biológicas e filogenéticas, contudo, este aparece algumas vezes também em alusão a gênero textual. Fora isso, localizamos uma única menção em que se fala de gênero como sinônimo de sexo, o que é feito na legenda de uma fotografia utilizada para ilustrar um texto sobre a biofísica inglesa Rosalind Franklin (1920-1958). Pioneira na compreensão do formato e do funcionamento da molécula de DNA, Franklin enfrentou o machismo do meio científico a ponto de, depois de sua morte, ter seus méritos atribuídos a dois de seus colegas homens.

⁶ Surgido em 2004, o MESP foi transformado em associação em 2015.

A imagem que ilustra a história da cientista apresenta duas meninas dos tempos atuais examinando flores coloridas em um microscópio. Ao lado da fotografia, constam os dizeres:

Independentemente do gênero, todos temos a mesma capacidade intelectual, mas cada indivíduo tem formas diferentes de entender a natureza. Essa diversidade ajuda a Ciência a conseguir mais e melhores respostas para seus questionamentos (2018, p. 31).

Em primeira análise, nos pareceu que o texto não apenas reforçava a existência de diferenças entre homens e mulheres, como também postulava que tais diferenças se expressariam, ainda, no campo cognitivo, ou seja, na forma como cada um “entende a natureza”. Depois, ao ter acesso ao exemplar do professor, verificamos que, nele, é feita, de forma complementar, a indicação de uma publicação do CNPq intitulada “Distribuição dos pesquisadores por sexo segundo a condição de liderança”, o que se completa com a sugestão de recomendar aos alunos que pesquisem nomes de cientistas mulheres. Vê-se, nesse sentido, uma ambiguidade, a ser resolvida em sala de aula pelo professor: ao mesmo tempo em que se incentiva o (re)conhecimento do trabalho intelectual feminino, sugere-se que mulheres e homens teriam diferenças cognitivas inatas.

O termo sexo foi citado nove vezes na obra, todas elas em referência a determinação biológica, ao se explicar sobre genética e cariótipo, e o termo diversidade sexual não foi empregado. Por outro lado, há uma passagem na qual se abre espaço para o debate sobre sexualidades e heteronormatividade, o que se dá no texto intitulado “Alan Turing e o julgamento da sociedade”.

O texto inicia narrando que, nos anos 50, o matemático e criptoanalista inglês Turing (1912-1954), hoje reconhecido como um dos pais da computação moderna e da inteligência artificial, foi processado e condenado por “indecência repulsiva”, com base em uma lei de 1885 que criminalizava a homossexualidade. A condenação do cientista o obrigou a submeter-se a “tratamentos de cura” de sua orientação sexual, o que tem sido apontado como evento relacionado à sua morte, ocorrida em 1954, supostamente por envenenamento por cianeto.

Na sequência, o texto explica que

No final do século XIX, com base em conceitos morais e religiosos, pesquisadores do comportamento humano passaram a classificar as relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo como doença – chamada homossexualismo. Esse pensamento perdurou por quase todo o século XX, influenciando atitudes políticas, como a perseguição aos homossexuais durante a Segunda Guerra Mundial. Ainda no século passado, o tema

começou a ser estudado cientificamente. Dois médicos, o alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935) e o britânico Havelock Ellis (1859-1939), foram os primeiros a debater publicamente a sexualidade, questionando de maneira científica o que se convencionou diagnosticar como doença. Ainda assim, muito tempo se passou até que outras mudanças fossem feitas. Somente em 1973 a Associação Psiquiátrica Americana deixou de classificar o “homossexualismo” como doença, desvio ou perversão (CARNEVALLE, 2018, p.164).

Ao fazer esse chamado para o debate e a reflexão sobre uma questão hoje muito tensionada por discursos fundamentalistas, o livro de Ciências analisado se mostra não apenas compromissado cientificamente como também articulado, em algum nível, com os PCN para área.

Nos PCN se estabelece que no estudo de questões relativas ao corpo humano, deve-se ter claro que “o conhecimento do corpo transcende sua dimensão biológica”, uma vez que “no corpo estão inscritas a história de vida, a cultura, os desejos e as aprendizagens do indivíduo” (BRASIL, 1997, p. 51). Assim, diz o documento, em outra passagem:

Ao trabalhar sobre reprodução e sexualidade, é essencial que o professor reconheça as dúvidas dos estudantes, as representações que eles já fazem sobre os sistemas reprodutores humanos masculino e feminino e aspectos psicológicos envolvidos por intermédio do que falam, escrevem ou desenham. As discussões sobre as emoções envolvidas na sexualidade, como os sentimentos de amor, amizade, confiança, auto-estima, desejo e prazer são importantes, se não tiverem como objetivo a prescrição de normas de conduta ou a moralização do discurso, mas sim a circulação de idéias e opiniões, baseada no respeito mútuo. Uma abordagem ampliada sobre as relações entre as pessoas e a formação da identidade de gênero, entre outros aspectos de interesse, encontra-se [no tema transversal] Orientação Sexual (BRASIL, 1997, p. 76-77).

No livro do professor é sustentado o argumento de que a obra se encontra alinhada com a BNCC uma vez que, ao trazer o caso de Alan Turing, o livro de Ciências estaria favorecendo o desenvolvimento da competência específica 1 de Ciências da Natureza, a saber: “1. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano, e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico” (BRASIL, 2017).

A estratégia, que consideramos útil à manutenção da qualidade do material em tempos adversos, é complementada com duas recomendações ao docente: primeiro, que incentivem os alunos a perceberem os efeitos negativos do preconceito sobre o trabalho científico de Turing; depois que, “ao fazer o paralelo entre religião e ciência, é preciso estar atento para evitar o desconforto de alguns alunos devido à sua religião. Assim, é preciso enfatizar que na aula são discutidos tópicos sob a visão das ciências” (CARNEVALLE, 2018, p. 164).

Verificamos, assim, que não basta aos livros que se candidatam aos editais do PNLD apresentarem conteúdos condizentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a BNCC. Mais do que conteúdos e desenvolvimento de competências, o PNLD também estabelece que os livros devam seguir uma série de diretrizes, entre as quais destaca-se o respeito à diversidade social, cultural, histórica e econômica do país, algo que nos parece mais articulado aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Considerações finais

A investigação levou à constatação de que, ainda que os Parâmetros Curriculares Nacionais da área de Ciências Naturais considerem que tão importante quanto o estudo do aparelho reprodutor deve ser o entendimento da sexualidade como vivência modelada pela cultura, o livro didático analisado tende a limitar-se à dimensão anatomofisiológica da sexualidade típica, abordando apenas superficialmente aspectos culturais e afetivos. No material, em que se encontram menções apenas indiretas às relações de gênero, sendo a palavra usada para abordar classificações biológicas e filogenéticas, pouco é tratado sobre sexualidades atípicas e diversidade sexual. Se em relação aos PCN o material deixaria um pouco a desejar, não se pode dizer o mesmo da BNCC – documento educacional de elaboração recente, do qual foram deliberadamente extirpadas as categorias gênero e diversidade sexual.

De forma comparativa, o livro de História se apresenta mais afinado com os PCN da área, em que se faz a defesa de uma educação antidiscriminatória, que se dê em respeito às lutas de movimentos organizados por gênero e identidade. Contudo, ainda que o livro mencione o movimento feminista, chama a atenção que a palavra gênero só tenha sido usada como sinônimo de sexo biológico, verificando-se, aqui, um distanciamento da literatura especializada produzida em especial nas últimas três décadas.

A pesquisa permitiu constatar, assim, que, mesmo sendo um documento de mais de 20 anos, os PCN trazem um entendimento de gênero que hoje está menos desatualizado em termos conceituais do que a abordagem encontrada nos livros analisados, ambos publicados em 2018 e mais comprometidos, portanto, com diretrizes advindas da Base Nacional Comum Curricular.

Por fim, o trabalho também destacou a existência de uma tradição de pesquisas sobre o livro didático, que vão desde o estudo de sua história até a análise de relações de poder envolvendo esse material. Trata-se de um campo de investigação vasto e diversificado que

merece ser mais conhecido, considerando-se, sobretudo, a importância do livro didático para a concretização de um projeto de sociedade democrática.

Referências

BANDEIRA, A.; VELOZO, E.L. Livro didático como artefato cultural: possibilidades e limites para as abordagens das relações de gênero e sexualidade no Ensino de Ciências, **Ciência & Educação**. Bauru, v. 25, n.4, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais**. Brasília, DF, 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília, DF, 1997b.

BRASIL. Decreto n. 9.099 de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAMPOS, C. J. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004.

CANDAU, V. M. Sociedade multicultural e Educação: tensões e desafios. In: CANDAU, V. M. (Org.). **Cultura(s) e Educação: entre o crítico e pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CARNEVALLE, M. R. (Org.). **Araribá mais: Ciências – 9º ano**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

CELESTINO, G. **Gênero em livros didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2014)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

DIAS, Z. B. **Ensino de ciências naturais, livros didáticos e imagens: investigando representações de gênero**. 2014. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ELLSWORTH, E. **Teaching positions: difference, pedagogy and the power of address**. New York: Teachers College, 1997.

EVANGELISTA, A. P.; GONÇALVES, R. M. Gênero e diversidade sexual na Base Nacional Comum Curricular: descritores ausentes que tornam abjetos os corpos transgressores da norma. **Revista Exitus**, n. 10, v. 1, 2020.

FERNANDES, A. C. (Org.). **Araribá mais: História** – 9º ano. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2018.

LOPES, G.G. **A representação de mulheres nos livros didáticos de História** (Programa Nacional do Livro Didático: 2017-2019). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 1.ed. São Paulo: Vozes, 1997.

MACEDO, E. A Imagem da Ciência: folheando um livro didático. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 86, p.103-129, 2004.

MALDI, I. G. Sexo, gênero e diversidade sexual nos PCN para o Ensino de Ciências Naturais e de História do Ensino Fundamental II - um estudo comparativo. **Relatório de Pesquisa**. Universidade de Uberaba: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, 2020.

MARCUSCHI, E.; LEDO, A. C. O. Representações de gênero social em livros didáticos de língua portuguesa. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada** [online]. v. 15, n. 1, 2015.

MATEUS, I. O.; MÁRQUES, F. T. Para além da dimensão anatomofisiológica? Notas sobre a abordagem da sexualidade no livro didático de Ciências. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 1, p. 1-10, 2020.

MÁRQUES, F.T. **A produção social da Identidade e da Diferença no livro didático: uma contribuição aos estudos da educação na diversidade para a cidadania**. Relatório de Pesquisa. Minas Gerais: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, 2019a, 81 p.

MÁRQUES, F. T. Apontamentos sobre gênero e diversidade sexual no volume 10.6 dos PCN. **XIV EIDI - Encontro Ibero-Americano de Educação**. Araraquara: UNESP, 2019b.

MÁRQUES, F.T. Cordeiro em pele de lobo? Reflexões sobre gênero e diversidade sexual no volume 10.6 dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN. **Temática - Revista eletrônica de publicação mensal**, v. 3, p. 48-63, 2022.

MONEY, J. *et al.* **An examination of some basic sexual concepts: the evidence of human hermaphroditism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1955.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999, p.7-32.

OLIVEIRA, R. M. de. Descolonizar os livros didáticos: raça, gênero e colonialidade nos livros de educação do campo. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 68, p. 11-33, jan./mar. 2017.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: REITER, R. (Ed.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975, p. 157-210.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STOLLER, R. **Sex and gender**: the development of masculinity and femininity. New York: Science House, 1968.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analyses. In: **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1989.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes: 2000.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero na Educação Básica: quem se importa? Uma análise dos documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, p. 407-428, maio/ago. 2006.

Enviado em: 23/08/2021.

Aceito em: 30/12/2022.

Publicado em: 30/12/2022.